Políticas Educativas PolEd
Asociación de Universidades GRUPO MONTEVIDEO
Revista do Programa Políticas Educativas do Núcleo Disciplinário Educação para a Integração da Associação de Universidades Grupo Montevideo

A ASSIM CHAMADA "CIDADE EDUCADORA": PANDEMIA, PRIVATIZAÇÃO DIGITAL E IMAGINÁRIO DE FUTURO NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

Lucas Monteiro Pereira
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Brasil)

Márcia Aparecida Jacomini
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Brasil)

RESUMO
O artigo analisa as tendências da política educacional do município de São José dos Campos (SP) no período de 2021 a 2024, com foco nas dinâmicas de privatização e digitalização da educação intensificadas no contexto da pandemia de Covid-19. A pesquisa, de caráter descritivo-explicativo, fundamenta-se no materialismo histórico e nas categorias gramscianas de Estado integral e hegemonia. Metodologicamente, baseia-se em estudo documental da legislação municipal, publicações institucionais da Secretaria de Educação e Cidadania e matérias jornalísticas, organizadas por meio de análise de conteúdo. A discussão dos dados indica que a pandemia funcionou como gatilho para a construção de uma reforma educacional, materializada a partir da implementação do ensino híbrido, pautada pelos eixos da "inovação" e da "transformação digital" da educação, o que se conceitua como um processo de privatização digital, operado a partir da adoção e incorporação de plataformas e serviços de empresas privadas. Observa-se que, no mote político do governo municipal, a transformação digital se integra ao desenvolvimento de competências socioemocionais e também à difusão da educação empreendedora, constituindo um projeto formativo voltado à conformação de sujeitos "autônomos", resilientes e ajustados à lógica e às demandas do mercado e da vida social contemporânea. Paralelamente, identifica-se um deslocamento discursivo da ideia de "Cidade da Educação", centrada em investimentos físico-materiais, para a construção da marca "Cidade Educadora", sustentada por certificações, índices e prêmios simbólicos. Assim, seguindo a tendência de construção de "vocações" da cidade, a política educacional local não se restringe à modernização pedagógica, mas integra um imaginário de futuro que articula formação escolar e reorganização produtiva do território. Nesse processo, além de transferir recursos públicos ao setor privado, a privatização digital implica na redefinição privada dos fins da educação básica, evidenciando-se, neste caso, a sua implementação pelo próprio "Estado educador" local, que atualiza sua dominação ao adequar a formação de sua população às necessidades e interesses do sistema capitalista atual.

Palavras-chave: pandemia; privatização digital; política educacional municipal; São José dos Campos.

THE SO-CALLED "EDUCATING CITY": Pandemic, digital privatization and future imaginary in the educational policy of São José dos Campos/SP

ABSTRACT

This article analyzes the trends in educational policy in the municipality of São José dos Campos (SP), Brazil, from 2021 to 2024, focusing on the dynamics of privatization and digitalization of education intensified in the context of the Covid-19 pandemic. The research, of a descriptive-explanatory nature, is grounded in historical materialism and in the Gramscian categories of the integral State and hegemony. Methodologically, it is based on documentary analysis of municipal legislation, institutional publications of the Municipal Secretariat of Education and Citizenship, and journalistic materials, organized through content analysis. The discussion of the data indicates that the pandemic functioned as a trigger for the construction of an educational reform, materialized through the implementation of blended learning, structured around the axes of "innovation" and "digital transformation" in education, conceptualized here as a process of digital privatization carried out through the adoption and incorporation of platforms and services provided by private companies. It is observed that, within the political motto of the municipal government, digital transformation is integrated into the development of socio-emotional skills and also into the dissemination of entrepreneurial education, constituting a formative project aimed at shaping "autonomous" and resilient subjects adjusted to the logic and demands of the contemporary market and social life. At the same time, a discursive shift can be identified from the notion of "City of Education," centered on material investments, to the construction of the "Educating City" brand, supported by certifications, indexes and symbolic awards. Thus, following the trend of constructing the city's "vocations," local educational policy is not limited to pedagogical modernization but integrates an imaginary of the future that articulates school education and the productive reorganization of the territory. In this process, beyond transferring public resources to the private sector, digital privatization entails a private redefinition of the aims of basic education, revealing, in this case, its implementation by the local "educating State" itself, which updates its domination by aligning the formation of its population with the needs and interests of contemporary capitalism.

Keywords: pandemic; digital privatization; municipal educational policy; São José dos Campos.

LA LLAMADA "CIUDAD EDUCADORA": Pandemia, privatización digital y imaginario de futuro en la política educativa de São José dos Campos/SP

RESUMEN

El artículo analiza las tendencias de la política educativa del municipio de São José dos Campos (SP), Brasil, en el período 2021-2024, con énfasis en las dinámicas de privatización y digitalización de la educación intensificadas en el contexto de la pandemia de Covid-19. La investigación, de carácter descriptivo-explicativo, se fundamenta en el materialismo histórico y en las categorías gramscianas de Estado integral y hegemonía. Metodológicamente, se basa en el análisis documental de la legislación municipal, publicaciones institucionales de la Secretaría Municipal de Educación y Ciudadanía y materiales periodísticos, organizados mediante análisis de contenido. La discusión de los datos indica que la pandemia funcionó como detonante para la construcción de una reforma educativa, materializada a través de la implementación de la enseñanza híbrida, estructurada en torno a los ejes de la "innovación" y la "transformación digital" de la educación, conceptualizada aquí como un proceso de privatización digital operado mediante la adopción e incorporación de plataformas y servicios de empresas privadas. Se observa que, en el lema político del gobierno municipal, la transformación digital se integra al desarrollo de competencias socioemocionales y también a

la difusión de la educación emprendedora, configurando un proyecto formativo orientado a la conformación de sujetos "autónomos" y resilientes, ajustados a la lógica y a las demandas del mercado y de la vida social contemporánea. Paralelamente, se identifica un desplazamiento discursivo desde la idea de "Ciudad de la Educación", centrada en inversiones materiales, hacia la construcción de la marca "Ciudad Educadora", sustentada por certificaciones, índices y premios simbólicos. Así, siguiendo la tendencia de construcción de "vocaciones" de la ciudad, la política educativa local no se limita a la modernización pedagógica, sino que integra un imaginario de futuro que articula la formación escolar y la reorganización productiva del territorio. En este proceso, además de transferir recursos públicos al sector privado, la privatización digital implica una redefinición privada de los fines de la educación básica, evidenciándose, en este caso, su implementación por el propio "Estado educador" local, que actualiza su dominación al adecuar la formación de su población a las necesidades e intereses del sistema capitalista contemporáneo.

Palabras clave: pandemia; privatización digital; política educativa municipal; São José dos Campos.

Introdução

Este artigo se insere numa ampla gama de pesquisas sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 nas políticas educacionais, notadamente na expansão de variadas formas de privatização e na disseminação das tecnologias educacionais, as chamadas *edtechs*.

Partir disso não significa considerar que tais formas de privatização tenham começado naquele contexto, mas sim aludir aos possíveis saltos qualitativos das tendências postas na educação brasileira sob a crise estrutural do modo de produção capitalista e a hegemonia da política neoliberal. Como afirma Galzerano (2021, p. 131), a "tendência de privatização da educação em escala mundial já estava em curso", mas "a pandemia de COVID-19 parece intensificar esse processo, atingindo um elevado grau de maneira mais ágil e eficaz".

O mesmo vale para a questão das tecnologias digitais na educação básica, cuja defesa política e pedagógica também é anterior (Maia & Barreto, 2012), mas encontrou solo ainda mais fértil numa circunstância que empurrou o trabalho educativo para medidas emergenciais dependentes de tais recursos, retroalimentando relações entre sistemas públicos de ensino, organizações privadas e empresas responsáveis por plataformas e aplicativos. Com efeito, hoje podemos falar em formas de *privatização digital* da educação (Saura *et al*, 2023).

Se podia ser muito evidente atestar esses saltos naquele momento, analisando-os criticamente, é igualmente importante observar agora, em retrospecto, as dinâmicas que foram sendo construídas e permaneceram, passaram por mudanças e/ou esvaneceram. A fim de investigar tais dinâmicas a partir de um caso específico, elegemos como objeto de análise o

conjunto de políticas educacionais implementadas no município de São José dos Campos (SJC), interior de São Paulo, no período de 2021 a 2024.

A justificativa para este recorte é que se trata de uma cidade de grande porte, com uma base econômica e institucional sólida[1] e, assim, um sistema municipal de ensino consolidado, refletindo a tendência de aumento das responsabilidades dos municípios na política educacional. Por isso, o caso constitui também relações singulares com as tendências de mercantilização e mercadorização da educação e incidência política do setor privado via redes, fundações e "parcerias" (Cêa, 2021; Motta & Andrade, 2020; Pires & Lima, 2022).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é caracterizar e compreender as tendências da política educacional do município de São José dos Campos (SP), entre 2021 e 2024, observando-se, em especial, as formas de privatização e digitalização da educação e comparando-as com as tendências mais gerais do contexto político e social da pandemia de Covid-19. Trata-se de pesquisa descritivo-explicativa, com estudo documental (Gil, 2008), que utilizou-se da legislação educacional local, bem como publicações e reportagens relacionadas à educação municipal como fontes primárias. Os dados, informações e discursos presentes nos documentos foram organizados e categorizados conforme a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

A pesquisa fundamenta-se no enfoque do materialismo histórico, perspectiva teórico-metodológica pela qual estudamos as políticas educacionais não para avaliá-las em si, mas para decifrar seus nexos com os interesses econômicos, políticos e ideológicos das classes sociais, especialmente em suas relações e antagonismos na disputa do Estado que elabora e implementa tais políticas (Evangelista & Shiroma, 2019). Em particular, nos amparamos nas concepções de Antonio Gramsci de Estado integral e hegemonia, que contribuem na análise das implicações da dominação burguesa nas políticas educacionais (Jacomini, 2022). Por fim, também nos valemos de discussões recentes, referenciadas em uma perspectiva crítica, sobre privatização e digitalização da educação (como Lima, 2025 e Saura *et al*, 2023).

A primeira seção deste texto visa justamente elencar as bases teórico-conceituais que orientaram o estudo. Já a segunda seção expõe o resultado geral a que chegamos na análise da política educacional de SJC, que almejou uma verdadeira reforma estrutural e ideológica, de caráter privatizante, da educação básica municipal. Esta síntese é depois discorrida em quatro

[1] A cidade é o 9º município mais populoso do Estado de São Paulo, com 697.054 habitantes, e possui também o 9º maior Produto Interno Bruto, de cerca de R$ 45 bilhões de reais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024).

subtópicos que buscam demonstrar: 1) a pandemia e a pressão pelo ensino híbrido como contexto de emergência da política; 2) os eixos estruturantes da "inovação" e da digitalização, caracterizados essencialmente pela privatização digital; e os objetivos estratégicos do governo para 3) a formação dos estudantes e 4) para a concepção de cidade. Finalizamos com considerações sobre os limites e possíveis desdobramentos desta investigação.

Estado, hegemonia e privatização digital da educação

Mesmo quando se analisa uma política social em nível municipal, a atuação do Estado deve ser interpretada a partir da unidade entre *sociedade política* (ou Estado estrito) e *sociedade civil*, isto é, entre processos de coerção e de consenso, conforme a formulação gramsciana de que "Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção" (Gramsci, 2022, p. 245). Assim, é possível compreender como as políticas, ainda que impostas pelo aparato legal, se legitimam pela persuasão social, sendo o consenso uma condição fundamental para a conquista e a reprodução da *hegemonia* de uma classe, expressa na combinação entre dominação política e *direção intelectual e moral* do ser social.

A formulação de Estado integral, contudo, não implica o abandono do conceito marxista de sociedade civil como momento estrutural do sistema capitalista. Como observa Jacomini (2022, p. 76), "as organizações e instituições do Estado integral […] estão em conformidade com o tipo de relações de produção, assim como esta está, em alguma medida, consoante àquelas", configurando uma relação dialética entre a hegemonia e as condições materiais, ou ainda, entre as reformas econômicas e a direção política, intelectual e moral.

Nesse sentido, ganha relevo a concepção gramsciana do papel educador do Estado, segundo a qual este tem como função "elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, […] que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes" (Gramsci, 2022, p. 285). Um exemplo, enfim, dessa articulação entre estrutura e superestrutura é o conceito de modo de vida, presente na análise de Gramsci (2007) sobre o americanismo/fordismo como busca por conformar um novo tipo humano adequado a um novo padrão de trabalho e de processo produtivo, por meio da combinação de elementos de coerção e consenso.

Com base nesse referencial, diversas pesquisas educacionais brasileiras têm demonstrado como – pelo menos desde o final do século passado, com a ascensão do programa neoliberal –, a burguesia desenvolveu aparelhos privados de hegemonia (Casimiro,

2018) para atualizar a sua dominação incidindo sobre a educação pública, na maioria das vezes sob a forma de organizações do chamado Terceiro Setor ou de "parcerias público-privadas" (Cêa, 2021; Pires & Lima, 2021). Esse fenômeno pode ser compreendido pelo conceito de privatização educacional, tomado aqui em sentido amplo, como "a sobreposição de interesses privados sobre a educação pública" (Galzerano, 2021, p. 125).

Nessa chave, a privatização não se limita à transferência jurídica de bens ou serviços ao setor privado, mas envolve processos em que a propriedade permanece pública enquanto a direção, a execução ou a lógica de gestão se subordinam a organizações privadas, por meio de noções neoliberais como o "público não-estatal" e o "quase-mercado" (Peroni, 2010; 2021). Em meio às diferentes dimensões e tendências de privatização da educação (Adrião, 2018), nos interessa destacar a disputa pelos currículos, ou seja, pelos objetivos e conteúdos da educação básica, entendida como núcleo da formação da classe trabalhadora.

Como também aborda Galzerano (2021, p. 125), há um "duplo interesse" da burguesia com as privatizações, que envolve a disputa pelos fundos públicos, a fim de valorizar o próprio capital, e a definição das finalidades da educação básica, visando a conformação dos trabalhadores às suas exigências. Já Motta e Andrade (2020) conceituam esse processo como um *empresariamento da educação*, que se dá pela mercantilização, a tendência de rebaixamento do valor de uso do ensino para o trabalho, pela mercadorização dos elementos constitutivos da educação escolar e pela subordinação da política educacional à direção empresarial.

Essa recapitulação é crucial para a análise do que Lima (2025) denomina "transformação digital da educação", fenômeno recente atravessado por duas dimensões articuladas: *a digitalização do processo educacional* – do que compõe desde a gestão até as práticas de ensino – e *a educação para o digital*, a visão que reorienta o papel da escola e o currículo às demandas do mundo digital e da chamada Indústria 4.0. Nesses processos, o setor privado tem papel central, seja pela constituição de *redes políticas* de governança e novos *mercados tecnoeducativos*, seja pela difusão de *imaginários sociotécnicos* que projetam as mudanças consideradas necessárias ao capitalismo em sua era digital (Saura *et al*, 2023).

Ainda que não se disponha de uma revisão abrangente sobre estas novas dinâmicas em sistemas municipais, estudos indicam tendências privatizantes em geral nas políticas educacionais de cidades paulistas, como SJC, por meio da ampliação das "parcerias público-privadas" como forma de lidar com o crescimento da educação municipal (Adrião *et al*, 2012; Sakata & Lima, 2020). Pesquisas recentes também evidenciam processos intensivos

de *plataformização* em redes como as de Salvador, Rio de Janeiro e na rede estadual paulista (um parâmetro para nosso caso local), revelando a subordinação do trabalho educativo às mercadorias das Big Tech e a transferência de recursos públicos da educação para o setor tecnológico privado (Cilindro, 2020; Mendes, 2024; Maldonado & Jacomini, 2025).

Com base nesse delineamento, podemos averiguar como essas dinâmicas e tendências de privatização e digitalização da educação se particularizam no caso singular de nosso estudo, de modo a discutir as mediações entre global e local na política educacional (Cêa, 2021), bem como produzir evidências empíricas e respostas a políticas (Adrião, 2018) de representantes da classe dominante.

"Inovação" e "transformação digital" da educação: da política educacional ao projeto de cidade de São José dos Campos

Como antecipado, este período determinado é bastante frutífero para análise das políticas anunciadas e realizadas pelo governo municipal, já que se trata do intervalo exato de um mandato. Ainda que, na ocasião das eleições de 2020, tenha se dado a reeleição do prefeito anterior, Felício Ramuth[2], pode-se captar novas dinâmicas na conjuntura local dali em diante, pelo menos no que toca à política educacional. Em 2021, um novo arcabouço legal foi sancionado, com destaque para as Leis nº 10.292 e 10.375 (2021a, 2021b), referentes, respectivamente, ao Programa Educação 5.0 e à Política Municipal de Educação Integral (PMEI), que se tornaram marcas político-pedagógicas do sistema municipal de ensino. Além da análise dessas diretrizes, demos destaque às revistas publicadas pela Secretaria de Educação e Cidadania (SEC) do município, feitas em todos os anos deste hiato e instituladas "*Educação: Um salto para o futuro!*" (São José dos Campos, 2022a, 2022b, 2023, 2024). Elas sumarizam e propagandeiam as informações, investimentos e projetos da rede de ensino, sendo distribuídas nas unidades escolares aos profissionais e à comunidade. De modo secundário, recorremos a matérias jornalísticas ou institucionais da Prefeitura Municipal relacionadas com esse contexto.

[2] Felício Ramuth foi eleito pela primeira vez em 2016 como candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que tinha um histórico de hegemonia na cidade, bem como no Estado de São Paulo. Mais tarde, este político se filiou ao Partido Social Democrático (PSD) e foi eleito, em 2022, como vice-governador paulista, junto a Tarcísio de Freitas (Republicanos), cargo que ocupa até a escrita deste artigo. Em abril daquele ano, o comando da cidade passou para Anderson Farias, homem de confiança que acompanhou Felício na migração partidária para o PSD e, inclusive, foi reeleito como prefeito em 2024.

Com a organização deste conjunto de materiais, que permitiu uma espécie de análise longitudinal da política educacional, podemos sintetizar características e tendências neste objeto, que serão devidamente desdobradas na discussão posterior. No decorrer de 2021 a 2024, o governo municipal operou uma reconfiguração estrutural e ideológica de seu sistema de ensino, ancorada na realização da *transformação digital da educação* e na narrativa apologética da *inovação educacional* na condição de preceitos gerais e permanentes. O que inicialmente significava uma resposta às demandas e desafios da educação escolar ainda no período pandêmico, se consolida depois como uma reforma educacional completa, acomodando programas oficiais anteriores com as novas políticas voltadas para aquisição e incorporação de *edtechs* e "metodologias ativas" e para estruturar vagas e projetos de ensino em tempo integral. Tal iniciativa, por sua vez, se vale de formas analógicas e digitais de privatização, por intermédio do uso de plataformas digitais e "parcerias" com organizações sociais privadas.

Ademais, a trajetória da política revela um deslocamento simbólico intencional, que passa da ênfase em investimentos físicos (a *Cidade da Educação*), como as reformas das escolas e a construção da nova sede-complexo da SEC, para a consagração de uma marca institucional hegemônica (a *Cidade Educadora*), embasada em selos, prêmios e índices politicamente instrumentalizados. A produção desse consenso, apresentado como algo inquestionável, obedece à tendência de construção de "*vocações*" da cidade, quer dizer, certo acúmulo político-ideológico concentrado em determinados valores do munícipio, que o destacariam dos demais e dariam vantagens econômicas e culturais – tal como é característico do percurso histórico de São José dos Campos (Machado, 2019). Nesse sentido, um projeto que vêm embutido nesta "vocação", com um papel relevante no currículo escolar deste período, é a *educação empreendedora*, que se notabiliza não pelo caráter inédito, mas por atravessar toda a educação básica municipal, da pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Assim, considerando o próprio mote da política educacional ostentado nas paredes das chamadas "escolas 5.0", isto é, a "transformação digital integrada ao processo de desenvolvimento das competências socioemocionais" (São José dos Campos, 2022b, p. 20), pode-se atentar para uma *atualização* relativa da perspectiva de formação escolar adaptada à lógica do mercado, ou o padrão produtivo contemporâneo, marcado pela digitalização do trabalho e das relações sociais e pelo trabalhador emocionalmente ajustado.

Esta breve síntese, por fim, deve ser agora decomposta, apontando-se as evidências factuais e discursivas que articulam as características de uma política educacional bastante

promovida pela própria administração, que constrói, pela via da educação que lhe cabe, com base em produtos, ações e valores típicos dos aparelhos privados empresariais (*sociedade civil*), o consenso de um governo (*Estado estrito*) aprovado, eficiente e moderno, que domina, mas também dá a *direção intelectual e moral*, ou como se queira, é *hegemônico*.

O gatilho da política: a pandemia e a pressão pelo ensino híbrido

Não é ocasional o fato de que o salto qualitativo na política educacional, ou o "salto para o futuro" no léxico oficial, se dê em 2021, em meio à pandemia de Covid-19 e a persistência dos dilemas da educação daquele momento. Apesar de ser um novo mandato, a linha político-partidária seguia a mesma. A hipótese que trabalhamos neste tópico é que o ano anterior, 2020, em que se trabalhou com o ensino remoto emergencial e os seus limites evidentes, impôs uma questão política para o governo recém-eleito: quando e como fazer a retomada das aulas presenciais. Trata-se, aqui, de verificar como esta transição foi construída de modo a abrir caminho para uma reforma educacional.

Em julho de 2020, a Prefeitura realizou uma consulta pública sobre esta possível retomada, cujo resultado permaneceu incógnito, para depois, em setembro, anunciar que tal medida só se daria no ano seguinte (São José dos Campos, 2020). Cabe lembrar que naquele momento se principiava a campanha eleitoral, momento suscetível, portanto, para críticas e polêmicas políticas que poderiam fragilizar a gestão.[3] Então, as aulas retornaram em fevereiro de 2021, na forma do revezamento que foi costumeiramente chamado de "ensino híbrido". O fato é abordado na primeira revista da SEC como um momento de "alegria, ansiedade e muita animação" e afirma-se que "as escolas municipais seguiram todos os protocolos de segurança" (São José dos Campos, 2022a, p. 13). Enquanto isso ocorria, ignorava-se os apelos e protestos de docentes pelo trabalho remoto em um cenário de avanço das contaminações por Covid-19 na cidade, como em todo o país na verdade (Professores fazem ato, 2021).

O peso da conjuntura nacional nesse tema vai além da curva de casos da doença. Pelo menos em relação à educação, pode-se rastrear naquele momento uma aproximação entre as narrativas das frações da burguesia, dividida entre a ala neofascista, que comandava o governo federal, e a ala social-liberal, representada nos aparelhos privados empresariais. Em

[3] Pode-se averiguar neste caso uma afinidade com o cenário nacional: já em meados de 2020, diferentes setores dominantes debatiam a necessidade de retomada das aulas presenciais, mas as péssimas condições sanitárias pareciam prevalecer na consciência social. Em setembro, por exemplo, um levantamento mostrou que 72% dos pais e responsáveis eram contra o retorno antes da vacinação (Aulas presenciais, 2020).

SJC, vemos um reflexo disso nos embates entre o então prefeito Felício e o ex-governador João Dória (PSDB), colegas de partido na época, acerca das medidas de quarentena (Dória manda, 2020). Apesar das diferenças de discurso, no fim do ano, a política de "isolamento vertical" e de retorno das escolas se espraiam pelo estado.

Portanto, esta pressão pela retomada unificou os discursos da classe dominante, o que "repolitizou" a educação escolar, intensificando seu controle sobre o trabalho escolar e a formação dos trabalhadores (Lamosa, 2020). Na verdade, o contexto pandêmico reduziu o debate educacional ao *falso dilema* entre adoção apressada do ensino remoto e o retorno presencial em condições sanitárias inadequadas. O sentido desta imposição, de um lado ou de outro, acabava sendo o mesmo: precarização do trabalho docente, aprofundamento das desigualdades educacionais e a abertura da educação pública ao setor privado (Minto & Galzerano, 2021; Pronko, 2020). Basicamente, uma versão pedagógica da disjuntiva neoliberal "lucros ou vida".

Com um cuidado *aparente* às condições da volta às aulas, nota-se que, ao expor este momento, a SEC caracteriza a educação como "serviço essencial", que "acontece em São José priorizando o atendimento seguro de todos e o aprendizado dos estudantes" (São José dos Campos, 2022a, p. 15). Esta atribuição de "essencial" à educação é parte do ideário dominante deste período, que passou por uma correção de rota da defesa do ensino remoto para o ensino híbrido (Minto & Galzerano, 2021). Mas antes de abordar este processo, pode-se atestar também que a principal referência direta à pandemia nos documentos é a questão das defasagens e dificuldades de aprendizagem e a ação para enfrentá-las é o chamado Programa Recupera. Esta iniciativa é bastante explicitada na revista sobre 2021, sendo citada como "parte do plano de governo da administração municipal" (São José dos Campos, 2022a, p. 24), e segue aparecendo até 2024. O programa consiste em ações de diagnóstico e recuperação, com atividades no contraturno e aos sábados, e confecção e distribuição de jogos pedagógicos.

Ainda que se possa reconhecer a relevância de um programa como esse, inclusive a sua permanência no pós-pandemia, é inevitável identificar em sua apresentação os mesmos valores da retórica de organismos internacionais sobre a "crise da aprendizagem", discurso que é anterior à própria pandemia, mas que ganha com ela a pecha de incontestável. Se antes dos impactos do novo coronavírus, o ponto de vista hegemônico já era o de que os déficits de aprendizagem significavam enormes perdas econômicas futuras, agora se trata de transformar a crise em oportunidade, incorporando os recursos usados emergencialmente, o que "significa

(re)construir sistemas educacionais mais sólidos e equitativos, colocando a ênfase nas aprendizagens, com uso eficaz da tecnologia" (Pronko, 2020, p. 119).

Se entendemos o papel da educação básica na formação da força de trabalho, "parte significativa da atividade econômica, a interrupção de suas atividades significa impor obstáculos para o interesse econômico direto" (Minto & Galzerano, 2021, p. 44). Logo, na preocupação com a recuperação das aprendizagens, o pano de fundo é a política de ênfase na aprendizagem em detrimento das condições de ensino, de modo que "a defesa da essencialidade da educação na pandemia se torna, antes de tudo, uma forma de expressão do interesse dominante" de retomar a produção e a acumulação de capital (Minto & Galzerano, 2021, p. 44).

Por isso tudo, enfim, que a nova política educacional não só se impõe, como *convence*, pois visa responder ao fato objetivo da pandemia e tudo que dela decorreu, como se fosse natural. Seja em um âmbito global, seja no nosso caso, o retorno às aulas pelo ensino híbrido não tinha a ver com "fazer um retorno gradual", mas "instituir um novo sentido para esse retorno pós-pandemia" (Minto & Galzerano, 2021, p. 47). Este sentido, como veremos, é realizar uma política de privatização digital da educação, marcada pelo binômio "inovação" e "transformação digital", o que se dá sobretudo a partir da implementação do ensino híbrido.

"Inovação" e "transformação digital": os pilares práticos e ideológicos da privatização digital da educação

Se as repercussões da pandemia de Covid-19, com a retomada pelo ensino híbrido e o uso de tecnologias, foram um gatilho da nova política educacional, pode-se ver nos discursos e nas ações ditas "inovadoras" na educação, marcadas pela "transformação digital", os reais motores do que entendemos como uma reforma estrutural e ideológica do sistema de ensino de SJC. Por um lado, essa combinação serve como uma *modernização* de toda a rede educacional, de sua infraestrutura física às suas práticas pedagógicas, de modo a supostamente responder aos desafios enfrentados pela educação na pandemia. Por outro, ela indica um *horizonte* para a educação municipal e para a própria concepção de cidade que se pretende estabelecer, funcionando como um tipo de "imaginário sociotécnico" (Saura *et al*, 2024) local para adaptar a educação e o território ao que se entende como futuro.

Para introduzir, podemos afirmar que tais marcadores são constantes em todo o intervalo de análise e aparecem também separadamente, nos mais diversos contextos de discurso e ação. De qualquer modo, avalia-se que o *slogan* da inovação educacional serve à

construção de um *senso comum* em que os investimentos em educação poderiam sanar todas as questões sociais. E essa construção ideológica, não à toa, passa necessariamente pela ênfase na "relação com as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e como essas tecnologias estão associadas a mudanças nas formas de ensinar e aprender" (Michels & Garcia, 2024, p. 156). Diante disso, a correlação entre unidades de registro de "inovação educacional" e de "transformação digital" demonstra como *esta* dinâmica serve, *materialmente*, de suporte e veículo para o discurso *daquela*, o que se dá particularmente a partir da promulgação do Programa Educação 5.0.

Para listar apenas alguns dos objetivos deste projeto, temos: "consolidar a transformação digital na Rede de Ensino Municipal", "proporcionar acesso às novas tecnologias da informação e comunicação" e "implantar novos modelos de educação, por meio dos quais o aluno ocupa o centro do processo de ensino e aprendizagem, tais como as metodologias ativas, o ensino híbrido, o intercâmbio educacional por meios digitais […]" (Lei nº 10.292, 2021, p. 1). Além do rol de intenções políticas, a lei criou o chamado Centro de Inovação e Tecnologias Educacionais (CITE) e oficializou a possibilidade de "convênios, parcerias e acordos de cooperação técnica com instituições públicas e privadas e contratação de serviços especializados para a execução do programa" (Lei nº 10.292, 2021, p. 2).

O primeiro ponto de atenção é o uso do termo ultra-atualizado de modelo educacional decorrente de revolução industrial. Segundo Mello *et al* (2022), em obra distribuída pela Prefeitura aos professores, a Educação 5.0 seria uma continuidade da sua versão 4.0 – marcada pelo uso de tecnologias digitais, Inteligência Artificial (IA), redes sociais e metodologias ativas –, mas apresentada como sua evolução, com ênfase no ensino por competências e vinculada a uma "Web 5.0" emotiva e sensorial, voltada à interação entre computadores e seres humanos (Mello et al., 2022, p. 5). Em um paralelo quase que direto, cabe avaliar se a Educação 5.0 não seria, tal qual a proposta industrial, uma tentativa de atenuar "os excessos bárbaros desse percurso [da Indústria 4.0] de exploração automatizada voltando-se ao reconhecimento da cooperação humana e do meio ambiente na direção de uma espécie de 'estado de bem-estar digital'" (Faustino & Lippold, 2023, p. 23, inclusão adicionada).

Em outro tópico exploraremos a relação entre a questão das tecnologias e a ênfase nas competências socioemocionais. Por ora, apontamos que esse suposto foco da política nas pessoas e no bem-estar se vincula à necessidade de aparentar preocupação também com as pessoas na pandemia em si. Na primeira revista, o preceito "proteger, acolher e cuidar" do

programa de retomada das aulas presenciais se sustenta na narrativa de que a rede "atuou com criatividade e inovação […], investindo na modernização e reforma de prédios […] e disponibilizando novas ferramentas tecnológicas" (São José dos Campos, 2022a, p. 5).

É notório como, justo em um momento de retorno às aulas presenciais, depois de um ano de ensino remoto, tenha se formulado um programa para inserção das tecnologias digitais na educação escolar. Trata-se, aqui, da expressão local da tendência global desta passagem do remoto para o híbrido que caracterizou aquela conjuntura educacional, em que o pensamento hegemônico buscou converter a tecnologia em "necessidade permanente" para a educação e a figura do ensino híbrido, após o ensino remoto, em "regra a ser seguida", ou "projeto para a educação nacional" (Minto & Galzerano, 2021, p. 50).

Ainda que já tenham existido outras medidas voltadas para o uso de tecnologias na rede municipal de SJC (Ribeiro, 2023), o Programa Educação 5.0 significa um salto neste tipo de política, compilando ações prévias e futuras e direcionando a aquisição e a *integração* das tecnologias digitais do ponto de vista pedagógico e da gestão educacional. De qualquer modo, a materialidade importa, o que neste caso significa tanto o *hardware* quanto o *software*. Em 2021, tal política envolveu a disponibilização de 4.500 *chromebooks* para professores e 39.000 contas GWE, para alunos e professores, o que é exibido como "o maior caso de licenças Google no Brasil" (São José dos Campos, 2022a, p. 28). Além disso, também houve a distribuição de até 10.000 chips de acesso à Internet, visando garantir que os estudantes acessassem as atividades não-presenciais com a mediação tecnológica.

Curiosamente, em 2020, em que não houve nenhuma forma de atividade presencial, não foi realizada esta ação importante, ainda que pontual, para atenuar as contradições de acesso às tecnologias. Isso porque, neste programa, a tecnologia não é mais apenas um recurso, mas parte do próprio trabalho educativo, isto é, o governo defende que tal política implementa "um novo modelo educacional, em que a escola passa a contar com ferramentas tecnológicas para aprimorar o ensino" (São José dos Campos, 2023, p. 21). Nesse quadro, o ensino híbrido, tanto como forma de retorno gradual quanto como proposta pedagógica em si, impulsiona as menções às tecnologias digitais no primeiro ano do período, que depois diminuem, mas se monstram enraizadas nas estruturas físicas, programas e práticas da rede de ensino.

A título de exemplo, apenas na primeira publicação encontramos referência à "parceria" da Prefeitura com o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) e o

Instituto General Motors[4], visando a "transformação digital da Rede de Ensino Municipal por meio de assessoria técnica e compartilhamento de ferramentas gratuitas, metodologias e conteúdo (São José dos Campos, 2022a, p. 27). Importa realçar que o CIEB unifica diferentes fundações e braços sociais de empresas sob o lema da inovação educacional, o que visa ocultar, neste caso, o *fetiche* nas tecnologias digitais e a perspectiva *tecnossolucionista* para os problemas da educação básica (Duarte & Lamosa, 2025). Considerando a ausência de citações posteriores, mas a permanência de várias políticas de "inovação" e digitalização, é válido pressupor se não houve mesmo a consolidação da visão geral desta entidade na gestão do sistema de ensino.

Seguindo a tendência de apostar em recursos tecnológicos privados, defendida pelo CIEB e sacramentada na legislação local, pode-se verificar a constância das propagandas da chamada Plei (Plataforma de Educação Integral), que foi apresentada em 2021 no âmbito da Lei nº 10.375 (2021b). Esta *edtech* permite que os alunos realizem atividades digitais gamificadas, na escola ou no contraturno, cujos dados são computados por IA para propiciar a personalização do ensino. Segundo a SEC, com este programa, "Aprender de forma divertida com tecnologia já se tornou realidade na rede municipal" (São José dos Campos, 2024, p. 46). A plataforma foi elaborada por uma *startup* educacional chamada Jovens Gênios[5], em cujo *site* a "parceria" com a rede de SJC é exibida como um caso de sucesso da confiança de governos em seu produto (ver Jovens Genios, 2023).

É justamente neste contexto da educação em tempo integral[6] que podemos comprovar como o ensino híbrido, sintetizando a inovação na resposta à pandemia e a centralidade das tecnologias digitais, acaba por *preencher* todo o sistema de ensino, com vários aspectos práticos e simbólicos do uso de plataformas e formações *on-line*. Em 2021, o CITE era uma equipe de professores que preparavam os conteúdos digitais para os alunos em revezamento presencial/remoto. Mas, a partir do fim daquele ano, as aulas presenciais voltam a ser

[4] Pode ser uma suposição exagerada, mas vale apontar que esta "parceria" se dá com o braço social de uma grande corporação com peso local, dado que a General Motors possui uma de suas plantas automotivas em SJC, onde emprega mais de 3 mil trabalhadores. Se retomamos a concepção da educação como formação da força de trabalho, a correlação pode apontar interesses muito concretos neste acordo entre poder público e setor privado.

[5] Esta jovem empresa, especializada em soluções tecnológicas para lidar com déficits de aprendizagem, é financiada principalmente pela Faber-Castell, além da Editora Edebê, Fundação Bradesco, Fundação Lemann e Governo de São Paulo.

[6] Cabe mencionar que o Programa de Educação Integral também envolve atividades presenciais no contraturno, como o Programa Escola Ativa (focado em atividades esportivas) e as oficinas voltadas para arte, cultura e tecnologia. O primeiro data de 2017, mas é executado desde 2022 pela organização privada Instituto Esportivo do Vale do Paraíba (IEVP), que aparentemente tem esse serviço como exclusivo. Já as oficinas são oferecidas também desde 2022 pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), uma autarquia da Prefeitura.

obrigatórias e a equipe passa a atuar em outros projetos, como o PreparaSJC – um cursinho *on-line* para quem deseja prestar processos seletivos de escolas de Ensino Médio (com destaque para o Colégio Embraer) – e os seus desdobramentos, todos remotos, como curso de idiomas e estudos para olimpíadas de conhecimento (São José dos Campos, 2022a, 2023).

Com o tempo, a propaganda da Educação 5.0 passa a consistir sobretudo nas fotos das reformas e "certificações" de escolas 5.0, cujos principais atributos são as salas Google e *maker*. Isto quer dizer, há também uma base estrutural e material do que se alardeia como "inovação" e "transformação digital" da educação básica. O fato é que, em todos os anos do período, o que a SEC visa apresentar e gradativamente *estabelecer* é que sua política "consolida a transformação digital na rede de ensino e o desenvolvimento das habilidades e competências socioemocionais dos estudantes", propiciando a "formação de cidadãos íntegros e preparados para colaborar com a São José dos Campos de hoje e de amanhã" (São José dos Campos, 2024, p. 4). Esta é a ideia-força, incansavelmente repetida na prática e na consciência, que aponta os objetivos da política educacional para a formação dos estudantes e para a cidade.

Formando estudantes para o futuro: desenvolvimento de competências socioemocionais e educação empreendedora

Recuperando o apontamento de Lima (2025) sobre transformação digital da educação, pode-se observar que a principal dimensão que encontramos é a da *digitalização da educação*, com a incorporação sistemática de dispositivos e plataformas na gestão e na prática de ensino, sem se explicitar necessariamente a *educação para o digital* como projeto educativo. Ao se analisar a oração que sintetiza a política educacional de SJC, pode-se dizer que a "transformação digital" seria um *meio* para o "desenvolvimento de competências socioemocionais", que é enfim o objetivo explicitamente colocado para a formação escolar. Neste tópico, discutimos a conexão entre dois marcadores: a educação empreendedora e as competências socioemocionais. Embora essas categorias nem sempre apareçam juntas nos documentos, a literatura educacional aponta para a convergência entre ambas. No caso em tela, revela-se novamente uma articulação entre políticas prévias e ações aprofundadas no pós-pandemia, visando consolidar um projeto de formação de pessoas "resilientes" e "autônomas", adequadas ao padrão atual de relações de produção.

Como pode-se rastrear a partir de investigações sobre a história e a educação escolar de SJC (Machado, 2019; Ribeiro, 2023), o Programa de Educação Empreendedora é parte

fundamental da trajetória da rede municipal, sendo bem anterior à pandemia[7] e contando com seu próprio espaço institucional, o Centro de Educação Empreendedora (Cedemp); de qualquer modo, tal política recebe vários destaques no período analisado. Já a noção de competências socioemocionais, além de sua menção explícita no discurso político e nas paredes das escolas, foi identificada também em contextos como o já citado PreparaSJC, quando se aborda a visão dos estudantes "como protagonistas de suas próprias histórias" (São José dos Campos, 2022a, p. 31), ou no cuidado com "alterações emocionais e comportamentais" dos alunos, na medida de atendimento psicológico nas escolas (São José dos Campos, 2023, p. 44).

Nesses exemplos, pode-se identificar diferentes sentidos pelos quais a "pedagogia" das competências socioemocionais é geralmente mobilizada. De acordo com Magalhães (2022), esta perspectiva nasce do idéario educacional de organismos internacionais pós-crise de 2008, que propõem a formação de sujeitos "resilientes" e resignados com um cenário de múltiplas dificuldades e incertezas e engajados com a "gestão de si", o autocontrole de suas emoções e performance. Ademais, tal proposta se relaciona também com as mudanças técnicas do mundo do trabalho, em que o uso de IA, da "internet das coisas", entre outras aplicações passam a dispensar as competências operacionais e cognitivas dos trabalhadores.

Um registro emblemático da discussão que queremos fazer se encontra na primeira revista da SEC, no tópico sobre as ações do Cedemp, em que a "Educação 5.0" é apresentada como promotora de "habilidades e competências socioemocionais com os projetos de Empreendedorismo (São José dos Campos, 2022a, p. 47). Naquele ano, houve a produção de videoaulas e exibição de programas televisivos sobre "histórias inspiradoras" e a realização virtual do "Empreende", principal evento da iniciativa. Isto quer dizer, a tecnologia esteve a serviço, no caráter híbrido do trabalho pedagógico, da difusão da educação empreendedora e do desenvolvimento de competências socioemocionais.

A partir da análise de organismos internacionais e organizações privadas, Duarte e Lamosa (2024) argumentam que há uma profunda conexão entre o discurso da inovação, a defesa do uso de tecnologias e a formação de competências socioemocionais, refletindo o ponto de vista do empresariado. Com dois elos principais – o "uso das tecnologias como

[7] Este programa foi constituído ainda nos primeiros anos do governo de Emanuel Fernandes (1997-2004), do PSDB, tendo sido descontinuado apenas no mandato de Carlinhos Almeida (2013-2016), do Partido dos Trabalhadores – PT (Ribeiro, 2023). Por isso, nota-se a afirmação de que "a Prefeitura mantém, desde 2017, programas de empreendedorismo para alunos com idades entre 4 e 14 anos" (São José dos Campos, 2022a, p. 47).

indutoras de competências socioemocionais" e o entendimento destas "como indutoras de inovação" (Duarte & Lamosa, 2024, p. 14) –, esta concepção acarreta na *conformação coercitiva* dos futuros trabalhadores, moldando-os para um horizonte dramático de desemprego e exclusão social, mas a partir da *persuasão* agregada pelos termos da "inovação" e das tecnologias.

A combinação típica de coerção/consenso é efetuada pelo "Estado educador" local também pela aplicação da pedagogia empreendedora de Fernando Dolabela, uma proposta não tão nova, mas extremamente conectada com o ideário educacional dominante. Seguindo à risca tal perspectiva, que visa formar o ciclo "do sonho à realização", a SEC sempre destina atenção à chamada "pedagogia dos sonhos" na Educação Infantil, nas quais as crianças "definem um sonho coletivo e aprendem a tirar as ideias do papel" (São José dos Campos, 2024, p. 30).

Para a visão hegemônica, essa forma de *subjetivação* precisa começar em idade tão tenra porque se trata da constituição de um *modo de vida* adequado à razão neoliberal (Amorim *et al*, 2021), cujo alvo é a formação de indivíduos "empresários de si", que trabalham sua própria subjetividade de acordo com as características do mercado capitalista. Ou seja, mesmo quando não se trata explicitamente de incutir ideias e valores mercantis na cabeça das crianças, o que se busca é uma forma de ser coerente com a lógica atual de precariedade e flexibilidade.

Além da atuação com os sonhos das crianças, encontramos no Ensino Fundamental uma longa "parceria" com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que pode ser encarado como um aparelho privado de hegemonia atuante nesse tema (Duque, 2018). A principal iniciativa, chamada Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), envolve projetos interdisciplinares e disciplinas oficiais no currículo municipal[8] e passou, aliás, por uma ampliação e agora abrange *todos* os 46 mil alunos desta etapa. Tal fato rendeu até mesmo um prêmio do Sebrae para a cidade, reconhecendo uma suposta "São José + Empreendedora" (São José dos Campos, 2024, p. 26).

É claro que isso não se trata de um raio em céu azul. O discurso da cultura empreendedora, bem como da "pedagogia" das competências socioemocionais, se consolidam conforme a ascensão do programa neoliberal e se disseminam em vários outros casos. Como mostram pesquisas similares em redes municipais, se aliam também à força material e

[8] Nos anos finais desta etapa educacional, os estudantes possuem uma disciplina voltada para conteúdos sobre educação financeira, consumo consciente, empreendedorismo social e ideias inovadoras.

ideológica da privatização, da "inovação" e das tecnologias digitais (Paranhos & Bentolila, 2021; Peroni & Lima, 2025).

Mas é necessário esclarecer raízes mais profundas no nosso caso: a história de SJC é permeada pela tentativa de diferentes governanças construírem "vocações" da cidade, ou seja, a produção de um "capital simbólico coletivo", "a fim de obter vantagens econômicas" para o território e para seu comando político (Machado, 2019, p. 109). Após a fase de cidade sanatorial na primeira metade do século XX, temos a construção da cidade industrial, tecnológica e aeroespacial. Já na conjuntura de crise econômica e reestruturação produtiva das décadas de 80 e 90, políticos locais e entidades empresariais passam a defender a noção de cidade com "vocação empreendedora", com a evocação de valores para um novo projeto de cidade, valorizando mais a competição e a autoiniciativa de seus trabalhadores (Machado, 2019).

Algo que se destaca neste discurso originário é a necessidade de se considerar o suposto "espírito empreendedor da comunidade joseense" para enfrentar a "deterioração" da cidade (Machado, 2019, p. 138). Em um projeto do Programa de Educação Integral, esta ideologia sobre o joseense é reforçada, com apresentações artísticas de alunos sobre a "trajetória de empreendedores e trabalhadores do município, resgatando a história e o orgulho de viver em São José dos Campos" (São José dos Campos, 2024, p. 41).

Em uma crise ainda mais aguda no mundo produtivo e nas relações sociais como foi a pandemia, pode-se presumir a realização de um esforço da governança local em elaborar uma nova concepção de cidade. Desta feita, a *educação*, apoiada pela "transformação digital" para desenvolver "competências socioemocionais", para além da já trabalhada "cultura empreendedora", seria um atributo central daquilo que a diferiria de outras e traria vantagens econômicas para o território, dado que o processo educativo trata justamente da produção de uma mercadoria especial do sistema capitalista: a força produtiva humana.

Um novo imaginário de município: da Cidade da Educação à Cidade Educadora

Neste último tópico, buscamos complementar a discussão anterior, demonstrando-se, em especial, o modo pelo qual a SEC transiciona seu discurso de construir uma "Cidade da Educação" para o reconhecimento de que ela proporcionaria uma "Cidade Educadora". Esta menção explícita não aparece nenhuma vez em 2021, mas é o registro dominante na última revista. Por sua vez, aquela expressão aparece no início do período como a promessa política

da administração. Não se trata de mera mudança de adjetivação, no entanto também não estamos abstraindo o discurso de suas condições materiais e dos objetivos políticos conectados ao pensamento da classe dominante (Evangelista & Shiroma, 2019). Pelo contrário, pretende-se explorar a hipótese citada no item prévio, relacionando o contexto material e ideológico mais amplo com a possível "vocação" da cidade.

Pela categoria "Cidade da Educação", abrangemos as referências aos planos e metas do plano de governo, como os programas já citados e descritos anteriormente, bem como as previsões e informes de investimentos institucionais, financeiros e físico-materiais na rede de ensino. Neste ponto em específico, temos como destaque a entrega, em 2022, da nova sede da SEC, um complexo literalmente chamado Cidade da Educação. Seguindo a linha do neoliberalismo *real*, em que o Estado age como indutor direto do capital privado, o espaço abriga, além da secretaria em si, o "Hub de Inovação", que existiria "para selecionar e apoiar soluções educacionais que visam melhorar a qualidade do ensino com criatividade, tecnologia e parcerias", atualmente com cinco empresas atuantes (São José dos Campos, 2024, p. 17).

Já a categoria "Cidade Educadora", embora tenha a ver com a SEC exaltar os dados e relatos de aprovações em sua própria política em todo o período, aparece em maior quantidade, clareza e força nos dois últimos anos, em que a gestão passa a ostentar o selo da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)[9] e, a partir disso, compilar diversos reconhecimentos e prêmios simbólicos e politicamente instrumentalizados: o já citado Sebrae Prefeitura Empreendedora; o "melhor Ideb entre cidades paulistas do mesmo porte", a "5ª melhor educação do país no Ioeb" (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira[10]); e o destaque em alfabetização pelo governo estadual (São José dos Campos, 2024, p. 3).

Essas menções podem ser interpretadas como uma construção político-ideológica, no sentido de uma narrativa auto proclamatória, movida pelo governo para cimentar a presumida nova "vocação educadora" de São José dos Campos. A avaliação crítica dos investimentos materiais e dos reconhecimentos simbólicos não implica em negá-los da realidade. O que se busca aqui é articular os discursos contidos em tais ações e suas propagandas às exigências

[9] De forma sumária, a AICE pode ser caracterizada como um organismo internacional, que é mantido pelos próprios municípios certificados, os quais, em tese, se alinham a determinados princípios. Estes, por sua vez, derivam de documentos diversos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável (2015) (ver Associação Internacional de Cidades Educadoras, n.d.).

[10] Este índice alternativo, que mapeia dados da educação em geral (pública e privada) de uma cidade, para além das avaliações externas, é uma iniciativa da organização Roda Educativa. Esta conta com uma diretoria advinda da área acadêmica educacional e é financiada por empresas, educacionais ou não, e fundações sociais privadas, como Suzano, Eletrobras, Fundação Vale, Itaú Social, FTD Educação, Moderna, entre outras.

das relações econômicas e superestruturais a que a Prefeitura responde, propositadamente ou não.

Assim, é relevante apontar os nexos deste projeto educativo para além do município e para além da própria educação. A pandemia catalisou o salto na digitalização da educação porque foi, também, o impulso para a formulação de orientações globais, nacionais e mercantis para a aceleração da transformação digital, com rebatimentos para as políticas educacionais, que se propõem sempre por meio de "parcerias" com o setor tecnológico privado. Tais orientações se definem como "imaginários sociotécnicos", que seriam materializações discursivas com vistas a exercer poder político e ideológico na organização do futuro das políticas e sistemas educacionais (Saura *et al*, 2024).

Ao mobilizar este conceito, voltado para as formas ideológicas por trás das novas reformas privatizantes da educação, estamos situando o imaginário local de "Cidade Educadora" como elo subsidiário e subordinado ao complexo ideológico estruturado por organismos internacionais, governos nacionais e corporações privadas como as Big Tech e as *edtech*. Esta consideração é importante para atenuar o que poderia parecer uma "originalidade" de nosso objeto específico. Estamos tratando do imaginário de futuro da educação de uma cidade relevante, mas que não deixa de ser um ente "menor" na estrutura federativa de um país que está fora dos circuitos centrais de produção e acumulação de capital.

Nesse sentido, algo que se diferencia dos imaginários sociotécnicos sobre transformação digital da educação, mesmo em sua versão brasileira, é a falta de centralidade da formação *para* o mundo digital, pautado por uma nova reestruturação produtiva (Indústria 4.0) e suas demandas. Como dito, em SJC, a "transformação digital" está integrada ao "desenvolvimento de competências socioemocionais", o que não deixa de ser um projeto, mas relativo. Até porque o selo de "Cidade Educadora" é sempre exibido junto à propaganda genérica de SJC ter se tornado uma Cidade Inteligente, Resiliente e Sustentável[11], ou seja, uma marca dentro do que seria de fato o diferencial político-econômico do município.

Considerando um passado de muita centralidade da indústria e da tecnologia, com reflexos para a educação (Machado, 2019; Ribeiro, 2023), esta "vocação" marcada pela "inteligência" e pela "resiliência" pode ser vista como uma forma de se atualizar a reorganização produtiva do espaço urbano conforme os ditames do capital tecnológico, em

[11] Conforme a reportagem de Almeida (2023), a primeira certificação da cidade nas normas padronizadas nacional- e internacionalmente se deu em março de 2022.

uma nova etapa de *fabricalização da cidade* (Ferrari, 2008). Se a reestruturação produtiva que engendrou a "cidade empreendedora" já demandava trabalhadores flexíveis para um território que absorve o enxugamento das fábricas, agora com as plataformas digitais subordinando o trabalho precário, deve-se ter também um salto na formação deste trabalhador "*just in time*", sempre disponível pela cidade para servir à produção e circulação do capital.

Em todo o caso, tanto os investimentos quantos os reconhecimentos buscam realçar a educação do município, parte essencial da produção da mercadoria-força de trabalho, para esta readequação do território, conectado ao futuro pela formação de estudantes "empreendedores", com "competências socioemocionais", constituídas por meio de práticas "inovadoras" e uso de tecnologias digitais.

Considerações finais

A síntese a que chegamos abre desdobramentos relevantes para investigações futuras. O Programa de Educação Integral de SJC, que aprofunda dinâmicas (analógicas e digitais) de privatização, é um caso interessante para o debate sobre políticas de ensino em tempo integral. Também cabe analisar o contraste, não abordado neste artigo, entre a terceirização de vagas na Educação Infantil e a municipalização do Ensino Fundamental. Por fim, ainda merece ser observado como essa política que combina a ideologia da "inovação" e a privatização digital são apropriadas, tensionadas ou confrontadas no cotidiano do trabalho docente.

De qualquer modo, para concluir, apontamos três ideias extraídas da discussão efetuada nos tópicos anteriores. A primeira é que a localização da pandemia como contexto da política tem a ver não só com as pressões pelo ensino híbrido enquanto retorno gradual das aulas presenciais, mas por ter sido a circunstância em que as forças dominantes e seus respectivos discursos convergiram para uma determinada proposta em relação à educação (Lamosa, 2020). Proposta esta que necessariamente se pautava pela abertura da educação pública para recursos tecnológicos privados, cujo caráter tecnossolucionista se oculta pela apologia da "inovação educacional". Assim, entende-se que dizer que a pandemia foi o salto deste processo de privatização digital da educação não é mera retórica dos estudos educacionais.

A segunda ideia tem a ver com a importância de se investigar exemplos de articulação e enraizamento entre global e local nestas políticas de digitalização. Em SJC, pudemos rastrear desde os produtos da gigante Google até de uma jovem *startup* educacional

especializada em IA, passando pela atuação de aparelhos privados de hegemonia ligados ao empresariado brasileiro. Mais do que a mera implantação prática, cujas repercussões para a educação escolar ainda estão em curso, denota-se como um governo municipal se apoia nestas orientações e recursos privados para sustentar seu domínio político hegemônico, que se reveste de caráter incontestável uma vez que propiciou investimentos "inovadores" em educação básica, após um momento tão crítico para esta como foi a pandemia.

Por fim, seguindo a avaliação de Lima (2025, p. 153) de que "a tecnologia é convertida em ferramenta para o avanço do capital sobre a educação", entendemos que este influxo de tecnologias, além de envolverem o aporte de finanças públicas para o setor privado, obedecem a um projeto de formação escolar adunado à lógica e às demandas deste mesmo setor. Isto quer dizer, a privatização educacional é, sobretudo, a definição privada dos fins da educação escolar. Assim, buscamos evidenciar como a implementação desta perspectiva se dá pelo "Estado educador" local, que se utiliza da sua força política, mas principalmente da persuasão da sociedade, com base em imaginários mais amplos que o próprio município, para adequar a sua população "a um determinado nível" que "corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas" (Gramsci, 2022, p. 285).

No caso em tela, pela via da privatização digital pós-pandemia, a política educacional imaginou e vem almejando construir um futuro para a educação e para o território de São José dos Campos em que as crises permanentes do sistema capitalista, cada vez mais digitalizado, sejam enfrentadas por sujeitos socialmente empreendedores e emocionalmente ajustados.

Referências

Adrião, T. (2018). Dimensões e formas de privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, 18(1), 8-28.

Adrião, T.; Garcia, T.; Borghi, R.; Arelaro, L. (2012). As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? Educação & Sociedade, Campinas, 33(119), 533-549.

Almeida, R. (2023, 24 de outubro). São José recebe segundo certificado de "Cidade Inteligente" e presidente da ABNT revela planos. Spriomais. <https://spriomais.com.br/2023/10/24/sao-jose-recebe-segundo-certificado-de-cidade-inteligente-e-presidente-da-abnt-revela-planos/>

Amorim, H.; Moda, F.; Mevis, C. (2021). Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? Caderno CRH, Salvador, 34 (e021018), 1-16.

Associação Internacional de Cidades Educadoras. (n.d.). Carta das Cidades Educadoras | Associação Internacional de Cidades Educadoras. <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>

Aulas presenciais: 72% defendem retorno quando houver vacina, diz Ibope. (2020). Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/aulas-presenciais-vacina-ibope/>

Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

Cêa, G. S. S. (2021). Parcerias público-privadas e hipertrofia do mercado na educação. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, 13(1), 30-47.

Cilindro, T. P. (2020). Google for Education: implantação do projeto EscoLab no município de Salvador/BA. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade), Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

Dória manda recado a Felício Ramuth antes de encerrar coletiva. (2020, 23 de abril). Portal Meon. <https://www.meon.com.br/noticias/vale-do-paraiba-regiao/doria-manda-recado-a-felicio-ramuth-antes-de-encerrar-coletiva>

Duarte, P. F.; Lamosa, R. A. C. (2024). Acumulação flexível, competências socioemocionais e inovação. RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade, 9(14), 1-19.

Duarte, P. F.; Lamosa, R. A. C. (2025). El capitalismo en su era digital y la digitalización de la educación: el Centro Brasileño de Innovación (CIEB). Temps d'Educació, Barcelona, 68, 47-63.

Duque, F. S. (2018). O estudo do Sebrae enquanto difusor junto a noção de educação empreendedora. In: Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. <https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529703669_ARQUIVO_ANPUH-FELIPEDUQUE.pdf>

Evangelista, O.; Shiroma, E. O. (2019). Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: Cêa, G.; Rummert, S. M.; Gonçalves, L. (Orgs.) Trabalho e educação: interlocuções marxistas (Pp. 83-120). Rio Grande: Ed. FURG.

Faustino, D.; Lippold, W. (2023). Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

Ferrari, T. (2008). Fabricalização da cidade e ideologia da circulação. 2. ed. São Paulo: Coletivo Editorial.

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Gramsci, A. (2022). Cadernos do cárcere. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2007). Cadernos do cárcere. Vol. 4: Temas de cultura, Ação católica, Americanismo e fordismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). São José dos Campos (SP) | Cidades e Estados. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html>

Jacomini, M. A. (2022). Antonio Gramsci e a pesquisa educacional. 1. ed. São Paulo: Alameda.

Jovens Genios. (2023). Governo | Jovens Genios. <https://www.jovensgenios.com/governo-1>

Lamosa, R. (2020). As frentes de ação da classe dominante na educação: entre o Todos Pela Educação e a ideologia Escola Sem Partido. In: Lamosa, R. (Org.). Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada (Pp. 11-22). Parnaíba: Terra sem Amos.

Lei nº 10.292, de 9 de abril de 2021. (2021a). Cria e institui o Programa Educação 5.0 nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos e o Centro de Inovação e Tecnologias Educacionais. São José dos Campos: Boletim do Município.

Lei nº 10.375, de 24 de setembro de 2021. (2021b). Institui a Política Municipal de Educação Integral da Rede de Ensino Municipal de São José dos Campos e dá outras providências. São José dos Campos: Boletim do Município.

Lima, P. V. (2025). Transformação Digital da Educação no Brasil: políticas educacionais e relações entre o público e o privado na era digital do capitalismo. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Machado, P. H. F. (2019). São José dos Campos e das vocações: uma análise do ideário empreendedor como projeto de competitividade urbana a partir da década de 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Magalhães, R. M. C. (2022). Competências socioemocionais: uma nova pedagogia? Estudo dos fundamentos de uma perspectiva educacional emergente. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Maldonado, L. R. S.; Jacomini, M. A. (2025). Da secretaria escolar digital ao business intelligence total: plataformização na rede estadual paulista. Rev. Bras. Polít. Adm. Educ., 41(e140507), 1-24.

Maia, D. L.; Barreto, M. C. (2012): Tecnologias digitais na educação: uma análise das políticas públicas brasileiras. Educação, Formação & Tecnologias, 5(1), 47-61.

Mello, C. M.; Neto, J. R. M. A.; Petrillo, R. P. (2022). Educação 5.0: educação para o futuro. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.

Mendes, M. G. (2024). A plataformização nas políticas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Michels, M. H.; Garcia, R. M. C. (2024). Inovação educacional – análise do discurso político de organismos internacionais com foco na diversidade. Cadernos Cedes, Campinas, 44(123), 153-166.

Minto, L. W.; Galzerano, L. S. (2021). Educação e(m) pandemia: atividade essencial, finalidade supérflua? Org & Demo, Marília, 22(2), 39-58.

Motta, V. C.; Andrade, M. C. P. (2020). O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. Educação & Sociedade, Campinas, 41, e224423, 1-13.

Paranhos, M.; Bentolila, B. (2021). Empreendedorismo e privatização da escola pública no município de Nova Iguaçu-RJ: a política educacional no contexto da pandemia. Org & Demo, Marília, 22(2), 181-206.

Peroni, V. M. V. (2010). As redefinições da relação público/privado e implicações para a democratização da educação. Inter-Ação, Goiânia, 35(1), 1-17.

Peroni, V. M. V. (2021). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. Revista Políticas Educativas, Florianópolis, 15(2), 18-31.

Peroni, V. M. V.; Lima, P. V. (2025). Novos imaginários de futuro para Porto Alegre: inovação, empreendedorismo e privatização da educação. Cadernos Cedes, Campinas, 45, e293983, 1-10.

Pires, D. O.; Lima, F. B. T. (2022). A atuação dos aparelhos privados de hegemonia mercantis na política educacional brasileira. In: Domiciano, C. A.; Pires, D. de O.; Palu, J.; Arbigaus, J. de S. (Orgs.). Processos de privatização da educação pública brasileira: diálogos entre pesquisadores (Pp. 17-35). Itapiranga: Schreiben.

Professores fazem ato por trabalho remoto em São José. (2021, 24 de março). Sampi, OVale. <https://sampi.net.br/ovale/noticias/627315/ovale/2021/03/professores-fazem-ato-por-trabalho-remoto-em-s-o-jose#google_vignette>

Pronko, M. (2020). Educação pública em tempos de pandemia. In: Silva, L. B.; Dantas, A. V. (Orgs.). Crise e pandemia: quando a exceção é regra geral (Pp. 113-129). Rio de Janeiro: EPSJV.

Ribeiro, M. N. F. (2023). Para onde conduz a educação escolar em São José dos Campos – SP? Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

Sakata, K. L. S.; Lima, M. F. (2020). As parcerias público-privadas: reflexões sobre o conceito de hegemonia no contexto das políticas educacionais municipais. Roteiro, Joaçaba, 45, e21332, 1-24.

São José dos Campos determina retorno das aulas presenciais somente em 2021 na rede municipal. (2020, 04 de setembro). Portal spriomais. <https://spriomais.com.br/2020/09/04/sao-jose-dos-campos-determina-retorno-das-aulas-presenciais-na-rede-municipal-somente-em-2021/>

São José dos Campos. (2022a). Secretaria de Educação e Cidadania. Educação: Um salto para o futuro! Secretaria de Educação e Cidadania.

São José dos Campos (2022b). Secretaria de Educação e Cidadania. Educação: Um salto para o futuro! 2a. Ed. Secretaria de Educação e Cidadania.

São José dos Campos (2023). Secretaria de Educação e Cidadania. Educação: Um salto para o futuro! 3a. Ed. Secretaria de Educação e Cidadania.

São José dos Campos (2024). Secretaria de Educação e Cidadania. Educação: Um salto para o futuro! 4a. Ed. Secretaria de Educação e Cidadania.

Saura, G.; Cancela, E.; Parcerisa, L. (2023). Privatización educativa digital. Profesorado. Revista de Curriculum y Formación de Profesorado, 27(1), 11-37.

Saura, G.; Lima, P.; Arguelho, M. (2024). Imaginarios sociotécnicos en educación: Inteligencia Artifical y transformación digital. Journal of Supranational Policies of Education, 20, 11-30.

Submetido em março de 2026
Aprovado em agosto de 2026

Informações autorais

Lucas Monteiro Pereira:
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Brasil)
Link ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3494-3042
E-mail: lucasmontp@gmail.com

Márcia Aparecida Jacomini:
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Brasil)
Link ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2936-3174
E-mail: jacominimarcia@gmail.com